o artigo 3.º do decreto-lei n.º 27:153, de 31 de Outubro de 1936, liquidada a sociedades anónimas que se haviam dissolvido ou transformado, quando o seu pagamento se devia efectuar pela totalidade, visto que estavam comprehendidas nas disposições do § 4.º do citado artigo 3.º;

Atendendo a que, por este facto, foram relaxadas as prestações que os contribuintes julgavam dever ser pagas nos meses de Janeiro dos anos de 1937 e seguintes;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É considerado sem effeito o relaxe das prestações da contribuição industrial liquidada por força do disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 27:153, de 31 de Outubro de 1936, desde que os devedores paguem a importância dessas prestações no prazo de vinte dias, contados a partir do dia seguinte à publicação deste decreto-lei.

Art. 2.º Aos contribuintes que, no prazo a que se refere o artigo anterior, pagarem a dívida a que o mesmo artigo alude não será exigido juro de mora em relação à importância das 3.ª, 4.ª e 5.ª prestações nem as taxas, percentagens e solos da execução.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 27:625

A inutilidade, para o fomento da construção hoteleira de luxo, dos vários decretos que foram publicados levou a não prorrogar a sua vigência e a não refundir a correspondente legislação, reservando-se entretanto o Governo estudar caso por caso e decretar para cada um as medidas de protecção indispensáveis, dentro do pensamento geral que informava os diplomas caducos.

Considerando porém que o Hotel Nova Avenida, que está em construção na capital da Madeira, mereceu às estâncias competentes a classificação de hotel de luxo;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São isentos de direitos de importação os materiais, móveis e utensílios necessários à instalação e primeiro guarnecimento do Hotel Nova Avenida, da cidade do Funchal, quando, ouvida a Direcção Geral da Indústria, se reconheça que a indústria nacional os não pode fornecer, em igual qualidade, ao preço de idênticos artigos estrangeiros despachados para consumo, acrescido de 10 por cento, nos termos do § 2.º do artigo 85.º das instruções preliminares das pautas.

§ 1.º As mercadorias a que, nos termos deste decreto, fôr concedida isenção de direitos de importação é igualmente concedida a isenção de quaisquer impostos locais que incidam sobre a entrada das mesmas mercadorias.

§ 2.º Não se comprehendem nas disposições deste ar-

tigo os objectos que se destinem à venda aos hóspedes ou frequentadores do Hotel, ou que se extingam com o uso ou consumo individual, tanto daqueles como dos empregados na gerência ou serviço do estabelecimento.

§ 3.º A isenção de direitos será concedida em face de relações em quadruplicado apresentadas pelos interessados no Conselho Nacional de Turismo, que devolverá três exemplares à Direcção Geral das Alfândegas, acompanhados do respectivo parecer, no prazo máximo de oito dias. Um dos exemplares será pela Direcção Geral das Alfândegas remetido à Direcção Geral da Indústria, e se esta não prestar a informação pedida dentro dos sessenta dias seguintes ao da data da remessa considerar-se-á esse facto como opinião favorável à isenção requerida.

Art. 2.º A empresa do Hotel, ou seus legítimos representantes, prestará fiança ou caução aos direitos de importação que forem devidos, a qual será cancelada depois de aberto o Hotel, verificado que este obedece às condições consideradas pelo Conselho Nacional de Turismo ao classificar o respectivo projecto como de hotel de luxo, e reconhecida a aplicação dos materiais isentos de direitos.

§ único. A caução ou fiança prestada responderá não só pelos direitos como por qualquer multa aplicável.

Art. 3.º Quando aos artigos importados com isenção de direitos nos termos deste decreto venha a ser dada aplicação diferente da nelle consignada será o facto considerado como descaminho de direitos e punido nos termos do decreto n.º 2 de 27 de Setembro de 1894 e mais legislação applicável.

Art. 4.º Com prévia autorização do Ministro das Finanças pode a empresa do Hotel fazer sair do recinto do mesmo os objectos importados ao abrigo deste decreto, pagando previamente os direitos e impostos locais de que foram isentos, em vigor na data da sua importação, agravados com juros de mora à taxa legal, contados daquela referida data até à do pagamento dessas imposições.

Art. 5.º De todos os materiais e objectos importados com isenção de direitos ficarão na Direcção Geral das Alfândegas e na Alfândega do Funchal, devidamente seladas e autenticadas, amostras ou fotografias, gravuras, desenhos, ou ainda descrições sumárias que permitam a sua rigorosa identificação.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Casa da Moeda e Valores Selados

Decreto-lei n.º 27:626

Tendo a experiência demonstrado ser insignificante para trocos a quantidade de moedas de bronze que se encontram em circulação em harmonia com os limites fixados pelo decreto n.º 19:871;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São alterados os limites de emissão das moedas de bronze fixados no artigo 7.º do decreto

n.º 19:871, de 9 de Junho de 1931, de harmonia com o quadro seguinte:

Designação da moeda	Número de moedas	Importâncias
₧20	24.000:000	4:800.000₧00
₧10	42.000:000	4:200.000₧00
₧05	40.000:000	2:000.000₧00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Decreto-lei n.º 27:627

No conjunto de estudos actualmente em curso sobre o rearmamento e a reforma geral do exército tem o Governo atribuído particular interesse aos que se referem aos problemas da aeronáutica militar, não só por virtude da importância que para a defesa nacional tem este instrumento de luta, como também pelo atraso em que a este respeito nos encontramos.

Tanto os problemas que interessam ao rearmamento e às instalações fixas da aeronáutica como aqueles que particularmente visam a reorganização e a maior eficiência das forças aéreas põem em foco o problema do pessoal, intimamente ligado aos dois primeiros, e sem a solução do qual nada de útil será possível fazer neste ramo das forças militares.

Na parte que diz respeito a preparação do pessoal navegante do quadro permanente da aeronáutica é de esperar que, tendo sido retomado, depois de uma longa pausa, o trabalho anual de instruir oficiais para a arma referida e tendo já entrado em execução as medidas tendentes à preparação e constituição de um núcleo apreciável de praças pilotos e de outros especialistas que o serviço aéreo exige, as dificuldades verificadas se vão removendo, melhorando-se em curto prazo as deficientes condições actuais. A constituição, por outro lado, de um curso directo de aeronáutica na Escola do Exército, já prevista na proposta de lei sobre o recrutamento e serviço militar, alargando a toda a juventude escolar a base de recrutamento de oficiais aviadores, até agora circunscrita aos indivíduos que concluíam na mesma Escola os cursos das outras armas, deverá também contribuir para facilitar a solução do problema.

Mas, exactamente como sucede para as forças militares terrestres, não é possível contar para a constituição das forças aéreas, no acto de uma mobilização, apenas com o pessoal do quadro permanente do tempo de paz. Neste como nos outros sectores da orgânica militar os recursos financeiros de que se pode dispor não são inesgotáveis e torna-se necessário distribuí-los racionalmente pelo pessoal e pelo material a fim de se obter um conjunto harmónico, proporcionado e eficiente.

O caminho mais conveniente a seguir será, então, o da constituição de uma forte reserva de pilotos, devidamente seleccionada e treinada, e portanto em condições de entrar ao serviço das forças aéreas no momento em que a necessidade de manter íntegra a soberania no território nacional determine a sua chamada às fileiras.

A falta entre nós de qualquer organização particular de aviação civil, quer comercial, quer de turismo, traz à resolução deste problema dificuldades particularmente graves, visto não ser possível contar, ao contrário do que sucede na generalidade dos países, com o concurso das iniciativas privadas. Nestas condições terá o Estado de tomar à sua conta a quasi totalidade dos encargos da empresa a que pretende meter ombros, ou amparando, facilitando e subsidiando a organização de centros civis de instrução de pilotagem, ou instituindo êle próprio escolas e cursos onde essa instrução e a sua aplicação militar se mantenham e desenvolvam.

É este o objectivo essencial que se pretende atingir ao publicar-se o presente diploma. Com êle se dá um passo que se espera seja decisivo para a formação e desenvolvimento da aviação civil em Portugal e para a sua ulterior aplicação à defesa nacional.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

a) Pilotos aviadores milicianos, seu recrutamento e preparação

Artigo 1.º É criado na arma de aeronáutica, como complemento do quadro permanente do seu pessoal, o quadro de pilotos aviadores milicianos, cujo efectivo será fixado pelo Ministério da Guerra, tendo em atenção as necessidades de mobilização da mesma arma.

§ único. O quadro de pilotos aviadores milicianos será constituído por praças pilotos e oficiais pilotos, não podendo estes porém ultrapassar o posto de tenente.

Art. 2.º Para o recrutamento e preparação do pessoal do quadro referido no artigo anterior é criado na Escola Militar de Aeronáutica, a título permanente e subordinado ao comandante da mesma Escola, um Centro de Instrução e Treino de Pilotos Aviadores Milicianos (C. I. T. P. A. M.), ao qual competirá:

1.º Servir de centro de alistamento, de administração e de depósito dos pilotos aviadores milicianos e, se necessário, de outros especialistas de complemento da aviação militar cujo recrutamento venha a ser reconhecido conveniente;

2.º Ministar, por meio de um curso de pilotos aviadores milicianos, a instrução militar necessária à formação dos referidos pilotos;

3.º Manter em treino militar, por meio de estágios adequados, a preparação militar dos mesmos pilotos;

4.º Completar e aperfeiçoar a instrução dos pilotos em cursos ou estágios complementares de especialização;

5.º Superintender nas provas necessárias aos pilotos, quer para a conservação dos diplomas ou certificados militares, quer para promoção, quer ainda para mudança de situação militar.

Art. 3.º O alistamento e incorporação no Centro de Instrução e Treino de Pilotos Aviadores Milicianos realizar-se-ão anualmente, em data e até ao número a fixar pelo estado maior do exército, mediante concurso entre os interessados que o requeiram e se encontrem nas condições seguintes:

a) Ser cidadão português e ter menos de vinte e dois anos de idade à data do começo do curso;

b) Ter informação favorável quanto a comporta-